CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Divulgação

Ciro articula seu retorno político no Ceará

Retorno de Ciro Gomes assusta o Ceará

As movimentações que pretendem lançar Ciro Gomes como opção para o governo do estado em 2026 deixaram assustados os aliados do governador do Ceará, Elmano de Freitas (PT). Ciro planeja uma nova volta na montanha-russa da sua vida política. Ciro bateu o fundo quando ficou em quarto lugar nas eleições presidenciais de 2022. Foi o seu pior desempenho como presidenciável, perdendo para a atual ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB), que ficou em terceiro. Teve somente pouco mais de 3% dos votos. Depois disso, brigou com os irmãos, viu o senador Cid Gomes deixar o PDT e rumar para o PSB para continuar apoiando o governo Lula. Agora, é o próprio Ciro que estaria prestes a deixar o PDT num retorno ao PSDB.

Centro-direita

Ou, numa outra hipótese, o União Brasil, agora em federação com o PP. Ciro poderia ser um candidato à centro-direita contra Elmano em 2026. E, pelas reações no grupo de Elmano, avalia-se que, no Ceará, ele ainda teria a força que perdeu nacionalmente.

Camilo

Segundo um interlocutor do grupo do governador, as movimentações de Ciro teriam mesmo levado Elmano de Freitas a considerar não disputar a reeleição. No caso, para disputar com Ciro, o ministro da Educação, Camilo Santana, poderia deixar o cargo para enfrentá-lo.

Antonio Cruz/Agência Brasil

Camilo poderia deixar ministério para enfrentar Ciro

Ciro encontrou-se com líderes da Federação Progressista

Ciro estava na terça-feira (19) em Brasília. Dia em que e Federação Progressista, que une União Brasil e PP, fazia a sua convenção. Reuniu-se com os líderes dos dois partidos. Seja seu destino o PSDB ou a federação, a ideia é que as legendas se unam em torno da sua candidatura. Capitão Wagner, do União, foi o segundo colocado na eleição para governador em 2022. Não se sabe se o acerto incluiria também o PL. Ciro, em princípio, é adversário do principal líder do partido no estado, André Fernandes. O grupo de Elmano, porém, teme de fato essa união, que deixaria como força aliada do PT importante o MDB do deputado Eunício Oliveira.

CPMI

Às vésperas da instalação da CPMI do INSS, líderes do governo apostavam que a situação da investigação deverá ficar sob controle. Especialmente se confirmados os nomes do senador Omar Aziz (PSD-AM) e Ricardo Ayres (Republicanos-TO) como presidente e relator.

Aliados

Aziz é um aliado do governo. E já revelou, avalia-se, pulso na CPI da Covid para evitar que a oposição domine a investigação. E Ayres também teria, apesar de filiado ao Republicanos, bom trânsito com o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE).

MST

As possibilidades da CPMI do INSS estão sendo comparadas às da CPI do MST. Na ocasião, a oposição armou-se apostando em um grande desgaste para o governo. Ao final, não conseguiu número para aprovar o relatório do deputado Ricardo Salles (PL-SP).

Salles

Ex-ministro do Meio Ambiente de Bolsonaro, Salles pedia 11 indiciamentos. A CPI, porém, acabou sem relatório aprovado. O governo aposta que cenário semelhante pode acontecer agora, quando já houve o ressarcimento de mais de R$ 1 bilhão às vítimas.

Câmara aprova urgência de PL sobre adultização

Texto que protege crianças na internet deve ser votado hoje

Kayo Magalhaes/Câmara dos Deputados

Motta está confiante na aprovação do projeto sobre adultização

Por Gabriela Gallo

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, nesta terça-feira (19), em votação simbólica, a urgência do Projeto de Lei que visa garantir a proteção de crianças e adolescentes no meio digital (PL 2628/2022), apelidado de ECA Digital, referente ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nesta quarta-feira (20), a partir de 9h, está agendada uma comissão geral na Casa para tratar do assunto, que contará com uma série de convidados. Em seguida, a previsão é que o PL 2628 seja votado no plenário da Casa no mesmo dia. Caso o projeto tenha alguma modificação, ele retornará ao Senado Federal – do contrário, seguirá para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Além disso, na próxima semana, o governo federal encaminhará ao Congresso Nacional dois projetos que tratam da regulamentação de Big Techs, que também tratarão sobre a adultização de menores no ambiente digital.

As votações no plenário da Câmara foram definidas na reunião de líderes da Casa na terça-feira, horas antes da abertura da Ordem do Dia. Em conversa com a imprensa antes da reunião, o presidente da Câmara Hugo Motta (Republicanos-PB) reiterou que considera o projeto uma das prioridades para o país.

"Nós temos hoje muita preocupação, especialmente todas as famílias do país, com relação a essa questão do ambiente digital, principalmente no que diz respeito à proteção das crianças e dos adolescentes. Essa é uma pauta que eu penso que a Câmara dos Deputados tem de enfrentar assim com o Senado Federal já enfrentou", defendeu Motta.

O presidente da Casa demonstrou otimismo de que o tema será aprovado com ampla maioria na Casa. Durante sessão no plenário, ele ainda destacou que será criado um grupo de trabalho para analisar demais propostas que tenham foco na proteção de menores em ambiente digital.

O projeto

O projeto foi criado na intenção de enfrentar a crescente exposição e vulnerabilidade de crianças e adolescentes no ambiente digital, impondo às plataformas digitais a responsabilidade de adotar mecanismos efetivos de proteção.

Ao Correio da Manhã, a advogada do escritório Arman Advocacia Daniela Poli Vlavianos detalhou os principais pontos de mudança da proposta. Do ponto de vista jurídico, o texto abrange o artigo 227 da Constituição Federal, que consagra a proteção integral e a prioridade absoluta aos direitos da criança e do adolescente, o ECA, o Marco Civil da Internet (que estabelece regras de responsabilidade das plataformas) e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

"Entre as principais medidas previstas, destacam-se: a disponibilização obrigatória de ferramentas de controle parental, como limitação de tempo de uso, bloqueio de contas e restrição de conteúdos inadequados; e a exigência de verificação de idade e vinculação das contas de menores aos responsáveis. O projeto também prevê relatórios periódicos de transparência das plataformas e a aplicação de sanções severas em caso de descumprimento, incluindo multas de grande impacto e até suspensão das atividades", pontou Vlavianos.

A reportagem ainda conversou com o especialista em crimes cibernéticos Rodrigo Fragola que explicou que o PL 2628 "não proíbe de forma absoluta que crianças e adolescentes usem redes sociais, mas estabelece obrigações às plataformas para garantir um ambiente mais seguro" para os menores.

Câmara quer modelo para punir novas invasões de plenário

Lula Marques/Agência Brasil

Projeto de Danilo proíbe desconto em folha

Por Gabriela Gallo

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, nesta terça-feira (19), o regime de urgência do Projeto de Resolução (PRC) 63/2025 que prevê até seis meses de suspensão cautelar do mandato de parlamentares que vierem a repetir o que fizeram os deputados que invadiram o plenário há duas semanas.

O projeto, apresentado pela Mesa Diretora da Câmara, adiciona as suspensões ao Conselho de Ética da Casa para os casos de congressistas que: agredirem fisicamente alguém nos arredores da Câmara; ou impedirem, por ação física ou por outro meio que extrapole os limites do exercício regular das prerrogativas regimentais, o funcionamento das atividades legislativas. A proposta, portanto, parece querer abranger dois casos rumorosos recentes: a invasão do plenário e a expulsão, a pontapés, de um militante do Movimento Brasil Livre (MBL) pelo deputado Glauber Braga (Psol-RJ). A urgência foi aprovada por 266 votos faráveis e 114 contrários. Agora, resta aguardar quando o texto será votado oficialmente no plenário.

O PRC foi elaborado pela Mesa Diretora após parlamentares da oposição obstruírem os trabalhos de ambas as Casas do Congresso Nacional, como protesto após a prisão domiciliar do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). As ocupações resultaram em dois dias de intensas desavenças entre os congressistas e o travamento da pauta, impedindo o retorno das atividades legislativas.

Diante do caso, a Mesa Diretora da Câmara entendeu que os casos "são manifestamente incompatíveis com a dignidade do mandato e com os próprios fundamentos do Estado Democrático de Direito".

"Tais atos não apenas paralisam a atividade legislativa, mas também erodem a imagem e a autoridade desta Casa perante a sociedade", declara a Mesa Diretora ao justificar a proposta.

Outra justificativa da Casa é que, em casos semelhantes, não há tempo hábil para aguardar a tramitação de representações por quebra de decoro, que precisam de participação da Corregedoria Parlamentar e aval da Mesa.

Na prática, a medida pode acelerar o processo contra 11 deputados federais que foram denunciados na Corregedoria da Câmara dos Deputados por obstruírem os trabalhos da Casa, mas também suspenderia o mandato do deputado Glauber Braga (Psol-RJ) – que foi ao Conselho de Ética da Câmara por expulsar da Câmara, a chutes, um representante do MBL após trocas de insultos.

INSS

O deputado federal Danilo Forte (União Brasil-CE) concedeu, nesta terça-feira (19), uma entrevista coletiva detalhando o projeto de lei que proíbe os descontos de mensalidades associativas e sindicais nos benefícios pagos pelo INSS (PL 1546/2024), do qual ele é o relator. Coletiva foi realizada na véspera da instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investigará o esquema de desvio fraudulentos de recursos de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Para a imprensa, Forte declarou que "a primeira preocupação foi de vedar que o setor de organizações de sociedade civil – sindicatos, associações, confederações, federações – pudessem entrar na conta dos beneficiários". Ele detalhou que, no setor do financiamento do consignado existe uma distinção entre "bancos que tem cadastros e que são fiscalizados pelo Banco Central" (BC) – os quais, segundo o relator, "tem um comportamento e uma prática mais transparente e menos invasivo de perturbar os aposentados" –, e outras instituições financeiras menores.

"Fizemos um regramento em que as instituições que têm essa prestação de conta e essa fiscalização do Banco Central possam continuar operando com taxas que sejam menores do que taxas de mercado", disse Danilo Forte. "Descontos para instituições, para empresas, associações, não vai ter. A única coisa que vai poder fazer é o crédito consignado porque é o crédito com a menor taxa de juros que nós temos".